ÍNTEGRA

Fernando Henrique faz a defesa do Proer

Esse é o discurso do presidente Fernando Henrique Cardoso na solenidade de apresentação dos estagiários da Escola Superior de Guerra (ESG), ontem, no Palácio do Planalto.

Senhor ministro de Estado-chefe do Estado Maior das Forças Armadas, General-de-Exército Benedito Leonel,

Senhor chefe da Casa Militar, General-de-Brigada Alverto Cardoso,

Senhor comandante da Escola Superior de Guerra, Tenente-Brigadeiro-do-Ar Masao (...),

Senhores estagiários da Escola Superior de Guerra,

Senhores membros do corpo permanente daquela instituição,

Senhoras e senhores,

Mais uma vez — pela segunda vez, na verdade — tenho a satisfação de receber o corpo permanente e os estagiários da ESG, que estão aqui em viagem de estudos.

Eu reconheço que esse é um processo fundamental, para o correto assessoramento do processo decisório, no nível em que os senhores trabalham, esse contato direto, pessoal, com a realidade brasileira. Acredito que isso seja fundamental, para que nós possamos, realmente, formar uma idéia mais objetiva sobre o País e sobre os problemas que o País enfrenta.

Aliás, eu procedo, sempre que posso, da mesma maneira. Na medida em que as minhas responsabilidades, nesse momento de transformações tão grandes no mundo, me obrigou, eu não só viajo ao Interior como ao Exterior. Nós precisamos, hoje, estar muito atualizados e precisamos estar muito bem informados e com capacidade de tomar decisões à altura dos desafios que teremos que enfrentar.

Eu queria aproveitar essa ocasião em que nós nos encontramos aqui, embora a situação seja mais formal do que informal e estejamos todos em pé — e costumo me alongar, às vezes, além do limite, porque gosto de dar explicações de como estou vendo as coisas — eu queria aproveitar essa oportunidade para, mais uma vez, discutir com os senhores ou apresentar aos senhores certas visões, digamos de ordem mais ampla, mais estratégica do governo e dizer os motivos pelos quais nós atuamos de certas maneiras, como temos atuado.

Comecemos pelo mais geral, que são os processos econômicos. Acho que, hoje, é visível para o País, como já é para o Exterior também, que a estabilização da moeda é condição necessária para que nós possamos nos sentar à mesa daqueles que vão definir os rumos do próximo século. Sem estabilização da moeda, dificilmente um País é tomado em consideração, em termos estratégicos, em termos das decisões de investimento, das decisões de desenvolvimento tecnológico e, por conseqüência, das suas possibilidades de atuação no nível político. E, também, do ponto de vista interno, sem que haja estabilização da moeda, não só a administração se transforma numa permanente dor de cabeça, e sem aspirina, sem ter como solucioná-la. Nós ficamos todos, durante algumas décadas, arrastados pela inflação, sem ter condições de divisar um horizonte mais amplo como, o que é mais dramático, a imensa maioria da população sofreu os efeitos negativos desse processo, através do empobrecimento e da concentração de renda.

Não podemos nos esquecer nunca de que o instrumento fundamental de concentração de renda no Brasil, além da concentração da propriedade — sobretudo no passado, a propriedade da terra — foi o fato de que, através da inflação, a massa dos assalariados — e nós todos, a maioria de nós, aqui presentes, também nos incluímos entre os assalariados — perdia, dia-a-dia, porque não tinha capacidade de salvaguardar o poder de compra do salário.

Ora, os efeitos sociais indiretos, mas provocados diretamente pela estabilização da moeda, são visíveis hoje. Poucas notícias me agradaram tanto quanto algumas recentes, relativas ao fato de que, graças à estabilização da moeda, a partir de julho de 94, foi possível — e são pesquisas feitas por órgãos independentes, como é o Ipea — fazer com que 5 milhões de pessoas, em algumas grandes capitais, seis grandes capitais, atravessassem a linha da pobreza.

Quer dizer, o efeito da estabilização da moeda é imediato. E, quando se fazem comparações sobre o salário mínimo, por exemplo, se toma, freqüentemente, o dia em que foi dado o salário e não se toma o que acontece no decorrer do mês em que foi dado o salário, o aumento do salário. Quando se faz uma análise de boa-fé e se verifica qual é a capacidade de compra, vai-se verificar que, mesmo quando, em certos momentos, foi possível colocar o salário num patamar mais elevado, esse patamar mais elevado não dura uma semana, porque ele começa a ser corroído pela inflação. E, quando faz, no dia-a-dia, a média efetivamente recebida, em termos de valor de compra, indiscutivelmente, os salários são corroídos de uma maneira catastrófica.

Essa contrapova dos efeitos sociais da inflação, dada por esse estudo sobre a linha da pobreza, me parece que é alguma coisa de bastante significativa. E também o senhor (...) tem visto que todos os dados relativos ao consumo de massas são dados favoráveis. Ou seja, há um aumento extraordinário do consumo de massa. Os próprios jornais estão repetindo que nós estamos no limiar da incorporação de milhões de pessoas ao mercado, graças, basicamente, a um primeiro momento da estabilização, pois que não foi possível, ainda, um crescimento da economia suficiente para garantir, além disso, uma distribuição, uma participação na renda mais consistente por parte dessa população. Mas a pré-condição, que era a estabilização, foi alcançada.

E vai continuar assim. As perspectivas disponíveis a respeito do processo inflacionário são tranqüilizadoras. Não sou daqueles que imaginam que uma economia deva ser medida só pela dimensão do controle da inflação, mas tenho certeza que, sem essa dimensão, as outras vantagens, e aqui eventualmente se poderia proporcionar através de uma boa gestão da economia, não existiriam. De modo que a perspectiva de estabilidade do processo de controle da inflação é muito importante.

Eu gosto de viver os números depois que eles realizam. Eu não acredito muito nas pitonisas em economias, é como (...) na vida. Mas se nós fôssemos olhar as previsões, as previsões são de que realmente neste ano a inflação vai estar entre 12 e 15%, mais próxima de 12 do que de 15%, no decorrer do ano.

Ora, todo o esforço do Governo tem sido de manter a economia crescendo, neste momento ao redor de 4%. Lá pelo fim do ano, nós devemos estar crescendo numa velocidade de 6%. Nós freamos o crescimento no ano passado, propositadamente. Por que? Porque ele tinha subido no ritmo de cerca de 10% nos primeiros três meses do ano e isso poria em risco o controle do processo inflacionário e daria necessariamente uma nova crise mais adiante. Ao invés de deixar que as forças de mercado levassem para esses ups and downes, o Governo tomou a decisão difícil de controlar o crescimento para manter uma estabilidade de mais longo prazo.

O processo mais dramático desse ajuste já ocorreu. No segundo semestre deste ano, nós esperamos que haja uma velocidade maior do crescimento do PIB. Se nós mantivermos, como temos mantido, os fatores sobre controle, do ano que vem em diante, já poderemos pensar em taxas de crescimento mais alentadas, sem que haja o mesmo risco que havia o ano passado, de um crescimento muito forte, sem houvessem condições, nem no que diz respeito às importações, nem no que diz respeito à oferta de produtos, para evitar que disso derivasse de novo a inflação e em seguida, como nós vimos em outros planos, no passado, um fracasso.

Pois bem, há portanto uma expectativa não só de estabilidade do plano econômico, mas também de crescimento da economia dentro de um critério que é um critério objetivo, que não se propõe a fazer milagres que não existem nessa matéria. Para isso, nós precisamos estar sempre com a economia ajustada, sob controle.

Nós estamos mudando de patamar de crescimento da nossa economia. Eu tenho dito isso e vou repetir uma vez mais. Não se trata simplesmente de produzir mais, é produzir de outra maneira. Isso por causa do desafio da globalização que não é um processo desejado. Já ocorreu, e nós temos que definir nossas expectativas e nossas possibilidades de inserção nesse novo mundo, que é um mundo de alta competência tecnológica, de alta competitividade, de fluxo de capitais extremamente difíceis de serem controlados e que apresentam certos riscos e de problemas que requerem velocidade na capacitação de mão de obra, sob pena de não haver a empregabilidade da população. Esse é o panorama dos desafios.

Diante deles, não adianta fazer a mesma coisa mais. Exemplo simples, não adianta produzir mais automóveis. Tem que produzir outros automóveis com outra tecnologia, produção aqui para ser vendida em nível global.

No futuro, talvez seis, não sei quantos países vão ser capazes disso. O Brasil está se preparando para isso. Cinquenta países, vão produzir automóveis, mas lançar modelo novo, com engeneering específico, com marketing, com tudo que se fala em inglês, é mais difícil, e, nós estamos nos preparando para isso, é mudança de patamar. Isso está ocorrendo em vários setores da indústria. Mudar o patamar de requerimento tecnológico, de capazitação, para que nós possamos efetivamente seguir adinate como um país, que, enfim, tem que participar no próximo século em termos de um país que tem peso nas decisões mundiais.

Pois bem, para isso nós temos que ter controles. Houve dificuldades no processo de ajustamento, primeiro orçamentário. Nós sofremos isso sempre. Por que? Porque na verdade o governo brasileiro hoje, graças à rigidez da nossa Constituição de 88, eu sou o autor dela — me penintecio e, no possível, procuro motificar — nós amarramos a União do ponto de vista orçamentário.

O nosso orçamento deste ano deve ser da ordem de R$ 150 bilhões, R$ 160 bilhões. Eu vejo freqüentemente contabilizado no orçamento a rolagem da dívida. É uma coisa realmente quase patética, porque quantas vezes dizem são R$ 300 bilhões. Ora, se o PIB é de R$ 500, como é que pode ser um orçamento de R$ 300? É uma coisa completamente despropositada. Na verdade, é por volta de R$ 150 bilhões. Mas desses R$ 150 bilhões, aquilo de que efetivamente nós dispomos e podemos sobre essa porção, exercer alguma política é 10%. O gasto corrente de investimento e custeio da União — o General Leonel sabe disso — é 10% disso, não chega a R$ 15 bilhões. São catorze bilhões. Por que? Porque o resto são despesas automáticas: pessoal, Previdência, transferências constitucionais e juros.

Sobre juros, nós podemos atuar e atuamos. A taxa básica de juros o ano passado, por um motivo que eu já vou mencionar também, chegou a 4,5% ao mês. Neste ano, neste momento eu não vi o último número, estava em 2,06%, entre 1,95% e 2,06%. Ou seja, foi reduzida pela metade e isso vai significar, naturalmente, algum recurso na conta de juros.

Mas as outras contas são rígidas, não têm flexibilidade. O governo não pode cortar, não pode diminuir salário, não pode dispensar pessoal, não pode deixar de pagar aposentado, não pode diminuir a aposentadoria, não pode deixar de transferir para os Estados e para os municípios a sua participação constitucional. Não pode nem deve. Então, o que sobra para o Governo operar, são mais ou menos R$ 1 bilhão e 200 milhões por mês. Desses R$ 1 bilhão e 200 milhões por mês, 60% são gastos com a saúde, 60%, num modelo que todo mundo aprovou do SUS-Sistema Unificado de Saúde, que dá gratuidade, universalidade, obrigatoriedade do Governo de atender e que tem se mostrado, em termos de recursos, apesar de ser muito grande o esforço, insuficiente. E o resto então nem se fala.

Então nós todos vivemos apertados, cortando despesas que são necessárias. Mas por essa razão, por isso, eu insisto tanto na Reforma da Previdência, na Reforma da Administração, na Reforma Tributária. Peço ao Congresso que acelere esses processos, porque o Governo não tem espaço para atender de outra maneira às suas responsabilidades a não ser fazendo esses ajustamentos, esses cortes orçamentários. Ainda assim, nós conseguimos neste ano algo que os senhores — os que são mais afeitos à administração financeira sabem que é importante — é um horizonte de normalização na execução orçamentária, induzidos em palavras mais diretas. O Brasil, com a inflação, passou a ser governado pela boca do caixa do cofre, do Tesouro.

Não por acaso um dos personagem mais importantes da República é o diretor do Tesouro, e o mais conhecido dos ministros, e alguns deles de vez em quando tem gana de esganá-lo, não é culpa dele. É que a única maneira de controlar esses magros recursos era, na inflação, postergando o pagamento que a inflação comia, as dívidas. Agora não tem mais isso, ficou mais rígido. Mas, em contrapartida, nós podemos também ter um horizonte maior de definição do desembolso.

E, neste ano, nós estamos fazendo — é uma experiência nova — uma previsão trimestral. No ano que vem, eu quero que ela seja anual, ou seja, o administrador vai poder saber com quanto ele conta. E o caixa, o Tesouro, não vai ter mais ingerência em dizer: dou para esse, não dou para aquele. Automaticamente, ele terá de liberar os recursos e o administrador sabe que ele vai contar com 20 e não com 50, mas conta com os 20. É melhor contar com 20 sabendo que vêm mesmo e em que data vêm do que pensar que vai ter 50 e não vai ter nunca porque não existem os 50. Eles estão no orçamento, mas não estão nos impostos, não estão no caixa.

Então, nós estamos melhorando isso, houve, inclusive, um desempenho melhor da receita. Nós estamos forçando isso, mas nós precisamos da reforma fiscal para que nós possamos efetivamente ter — aí sim — um pouco mais de margem de manobra para o atendimento das pessoas.

Mas, talvez, mais ameaçador do que isto tenha sido o que ocorreu o ano passado no sistema financeiro. Se permitem, eu acho que a gente tem ... Convém que se saiba das razões, das medidas e porque que as coisas acontecem, pelo menos do âmbito que o governo percebe.

Nós tivemos que enfrentar, no ano passado, dificuldades extremamente graves no setor financeiro: Primeiro a crise do México, que impediu qualquer ação mais enérgica na mobilidade da taxa de câmbio e, conseqüentemente, da taxa de juros. Depois, em março, depois de um ajuste da questão da banda cambial, uma tentativa de especulação em cima do real que nos fez perder 10 bilhões de dólares de reservas. US$ 10 bilhões em um mês. Boatos, maledicências, CPIs, tudo isso resultou numa perda de US$ 10 bilhões de reservas. O governo não teve alternativa a não ser lamentar a taxa de juros, não só para frear o crescimento, como eu disse aqui que era grande no começo do ano passado, como para reequilibrar a questão das reservas e mostrar que nós tínhamos controle sobre a situação. Pagou-se um preço.

Não contávamos com a pouca capacidade do sistema financeiro brasileiro de se adaptar às novas circunstâncias. Desde quando eu exercia o Ministério da Fazenda, inúmeras vezes — e não só eu, todos os responsáveis pela área econômica — alertávamos ao sistema financeiro, aos banqueiros públicos e privados, sobretudo aos públicos, de que, com a freada na inflação, o lucro inflacionário iria desaparecer e que os bancos estavam vivendo da gordura. E quando desaparecesse o lucro inflacionário eles teriam problemas de ajustamento. Os que perceberam isso a tempo e se ajustaram conseguiram passar os obstáculos da estabilização. Os que não fizeram isso, pois tiveram e têm — alguns deles já estão mostrados isso sérios problemas.

Por sorte, para nós, esses problemas foram sendo resolvidos em fatias, um por um. Hoje nós não temos esse risco maior na frente, mas pensem os senhores: Banespa, Banerj, Banco Econômico, Banco Nacional, dificuldades que nós resolvemos de capitalização no Banco do Brasil, só para falar dos principais, só para mencionar os principais. tudo isso como conseqüência de desmandos do passado, de empréstimos mal feitos, de fraudes existentes e não reconhecidas, não detectadas no tempo oportuno e incapacidade de ajuste para sobreviver sem o bem inflacionário. Traduzindo em números, a participação do setor financeiro no produto brasileiro era de cerca de 15%, 14%, 15%. Agora é de 8%, caiu pela metade. Isso foi um compressão enorme e isso produziu uma série de desajustes.

O que fazer? É muito simples dizer fecha, deixa quebrar. Os países que deixaram quebrar, como a Venezuela, perderam 15% do PIB, com a experiência de deixar quebrar. Quinze por cento do PIB brasileiro são coisas da ordem de 60 bilhões, mais, 70, 80 bilhões de dólares.

A Argentina teve um problema semelhante, perdas imensas. O Chile, em 82, perdeu por aí também do Produto Interno Bruto. O que é que o Governo brasileiro fez? O Proer. O que é, o que significa o Proer? Significa o seguinte: que existe uma massa de recursos no sistema bancário. Essa massa de recursos são os depósitos que todos os bancos recebem. Normalmente o Banco Central recolhe uma parte desses depósitos, é o chamado compulsório, para poder controlar a massa de dinheiro que existe na economia, para poder controlar a inflação, a taxa de juros, etc. Bom, o BC recolhe, compulsoriamente, uma parte desse dinheiro. O Banco Central tem, portanto, uma massa imensa de dinheiro, que não é dele, não é do governo, é dos depositantes, é das empresas, das pessoas físicas, e que fica à disposição do Banco Central. O Banco Central paga uma taxa de juros pequena para esses depósitos compulsórios.

O que faz o Proer? O Proer faz o seguinte: se o banco está com uma dificuldade muito grande, patrimonial, ele obriga o banqueiro proprietário do banco a passar o banco adiante. Ele torna indisponíveis os bens pessoais do banqueiro e de todos os acionistas do banco, controladores, não só, como era no passado, dos gerentes dos administradores. Eu mudei essa regra. Agora, são todos acionistas. E passa, portanto, o controle do banco para um outro banco que tenha melhores condições. Esse outro banco toma emprestado do compulsório recursos para poder fazer frente às dificuldades que vai ter quer enfrentar com os créditos que não vão ser recebidos e paga uma taxa de juros, maior do que a taxa de juros que o Banco Central paga para compulsório. Ou seja, o Banco Central ganha um diferencial.

Eu cansei de ouvir dizer que nós estamos usando o dinheiro que devia dar para a Educação, para a Saúde, para os bancos. Não é verdade. Esse dinheiro não é do Tesouro. É do sistema bancário. E ele não é dado, ele é emprestado, com uma taxa de juros, que é baixa, mas é mais alta do que aquela que o Banco Central paga por ele.

Ponto dois, além disso, se não se fizer isso, o depositante é quem vai perder, não é o banqueiro. O banqueiro já perdeu. O banqueiro, nesse mecanismo, tem que passar o banco e os seus bens ficam indisponíveis. Se não se fizer isso, quem paga é quem depositou lá. Só num dos bancos que foram submetidos ao Proer há 1 milhão e 800 mil depositantes. Esses é que pagariam o preço do desajuste, além do governo, porque aí, vai em cadeia, um com o outro, porque tem dinheiro de uma empresa, o banco quebrou, não paga, a empresa quebra. Por isso que se perde 10, 15% do PIB.

Ora, isso é uma perspectiva positiva. Não existe nenhum indicador que perturbe um horizonte dentro das condições de que é possível prever na economia e perturbe, um horizonte de estabilização quanto à inflação. Isso leva também a uma expectativa do crescimento do PIB, do Produto Interno Bruto. Matéria delicada, e eu reitero aqui o que disse sobre a inflação. Normalmente, os que fazem as expectativas sobre o crescimento do PIB fazem apostas e essas apostas são mais ou menos condizentes por um lado, pela base factual de que dispõem e por outro pelas suas preferências, seus desejos, etc, etc.

Eu me recordo de quando era ministro do Exterior, em 93, eu insistia em que a economia estava crescendo, porque eu tinha que ter uma posição definida diante dos outros países para dizer: oh, está crescendo, aqui o pessimismo é no geral. quando chegou o fim do ano, verificou-se que a economia tinha voltado a crescer, mas não houve nenhuma previsão anterior que levasse a mostrar que ela tinha crescido.

O nosso problema hoje não é de saber se está crescendo ou não, porque está, é de saber se esse crescimento vai ser sustentável no decorrer do tempo. E todo o panorama do crescimento do Brasil, o PIB brasileiro no passado, foi de ziguezaque, ups and downs, como se diz no jargão da economia, que é sempre em inglês, cresce e depois cai. E isso é o que impede que haja uma previsão. Isso é que faz com que seja um crescimento falso, porque o momento da depressão liquida os avanços havidos num momento da expansão.

Esse é o Proer. É um mecanismo para poder resolver impasses, que só poderá custar alguma coisa ao Tesouro — não custou nada. Pode custar? Pode, lá no fim, se efetivamente — eu não vou entrar em muitos detalhes — o Banco Central não conseguir recuperar o dinheiro que emprestou. Pode ser que sim, mas pode ser ao contrário, também. Pode ser que recupere e até ganhe. Não tem nada a ser escondido, nem a ser temido a respeito do Proer. Apenas, é mais fácil dizer que o governo deu dinheiro para banco, quando não deu, deu para os depositantes, para salvar o dinheiro dos depositantes, ao invés de dar para a educação, quando esse dinheiro jamais poderia ir para a educação, porque ele não é do Tesouro, ele não pertence ao governo, ele pertence ao sistema bancário.

Bem, nós enfrentamos isso tudo. Enfrentamos. Hoje, a situação está sob controle. Capitalizamos o Banco do Brasil. Fomos discutindo, banco por banco, a situação. Então, hoje, nós não temos, pesando sobre nós, a nuvem negra da crise financeira, que poria em risco todo o mecanismo que foi levado adiante, desde o Plano Real.

É claro, temos uma série de outros problemas, porque temos que adaptar o Estado aos tempos modernos. Nós temos que, para isso, desenvolver um trabalho muito grande, a nível de compreender que, na área social, por exemplo, a reforma do Estado significa acabar com o clientelismo e com o corporativismo. Quanta discussão tivemos por causa do Comunidade Solidária e por causa da nova maneira do Ministério da Educação, por exemplo, distribuir seus recursos, ou mesmo da Secretaria de Assistência Social, porque, nós quebramos aquele elo da corrupção e do clientelismo... Quer dizer, precisa do deputado, do vereador, sei-lá de quem, para obter o recurso.

Não é mais assim. Existem comissões nas várias cidades para fazer plano de habitação. Tem que ter uma comissão. Na comissão, tem que ter representante da sociedade civil, tem que ter representante da oposição, do sindicato ou o que seja. E a distribuição se faz através de critérios técnicos para que não haja mais a ingerência, indébita, da pressão política.

Há a ingerência política — e tem que haver mesmo — na definição dos rumos, na crítica do programa. Cada um tem que defender sua área, sua cidade. Mas tem que vir com um programa de base técnica. Isso já é feito assim.

Dia 21, eu vou distribuir, com o ministro da Educação, 250 milhões de reais para as escolas pública do Brasil, para todas, diretamente à diretora da escola. O cheque vai direto. No futuro, nós queremos que as Associações de Pais e Mestres sejam o órgão que vai discutir o que vai ser feito com esse dinheiro. Não passa pelo prefeito, não passa pelo deputado, não passa por ninguém. Vai direto. Quebramos o clientelismo. Isso é reforma do Estado.

O outro lado da reforma do Estado diz respeito à questão relativa aos órgãos que vão controlar os setores que estão sendo objeto de concessão do serviço público e de privatização. Está no Congresso uma discussão a respeito disso, que é importante. Como é que se vai decidir quem define a tarifa de energia elétrica, no futuro, a do gás, a do petróleo. Que tipo de órgão vai ser esse, que não vai poder mais ter uma burocracia, nem ter as incrustações nessa burocracia, de interesses privados. Temos que ter uma discussão — está havendo no Congresso — muito clara porque no futuro, nós vamos precisar de órgãos que não sejam lobby, que não sejam simplesmente, o reflexo dos interesses privados que não sejam a burocracia e seu corporativismo, mas que defina o modo pelo qual o interesse público vai ser defendido, que é a missão básica do governo. É uma discussão importante que está sendo feita pelo Congresso.

É claro, nós temos que discutir, nós temos que preparar o Estado para esse novo mundo que é tão cambiante. E nós temos que discutir com o Congresso. Estou cansado de ver as tratativas que se fazem com o Congresso, lidas sob a forma de barganha. Não há barganha nenhuma, nem fisiologia nenhuma. Eu disse inúmeras vezes, que me digam quem é que foi nomeado por causa da Previdência. Eu vejo manchetes: "Barganha". Mas quem foi nomeado para quê? Qual foi a fisiologia efetivamente feita? Não vi nenhuma. E o que é que está em jogo? É, por acaso, o interesse do presidente? É o interesse dos ministros? Ou é o interesse público?

Estamos lutando pelo interesse público. Queremos a reforma porque ela é necessária para o interesse público. Não é uma troca de favor entre o presidente, o governo e o Congresso. É uma luta para garantir os interesses do País, com o Congresso. O Congresso precisa, naturalmente, também. Ele tem seus direitos, de defender suas teses. Há lobbies no Congresso. É normal que haja. Não dentro do Congresso, lobby de fora para dentro, que é o normal. Dentro, o Congresso deve fazer a mesma coisa que o governo faz, pensar qual é o melhor para o País, qual é o interesse público.

Claro que nem tudo é assim. Mas é natural que apresentem as suas reivindicações. Algumas são justas. O governo, quando for justa, tem que ceder. A última discussão que eu vi, em termos de barganha, era a respeito de 4 itens da medida provisória sobre o Banco do Brasil, na qual, na verdade, havia uma ingerência excessiva de interesses do Banco, no sentido de cobrar juros sobre os juros da dívida agrícola. Não era justo. Eu nem soube disso. Soube depois. A área econômica, ela própria corrigiu o assunto. E isso foi lido como se fosse uma barganha. Não tem barganha nenhuma. Levantam a reivindicação o governo vê se é justo e aceita. Se não é justo, diz que não.

Continua na página seguinte

ÍNTEGRA

Continuação da página anterior

Agora, há uma espécie de cultura, deformada, que quer apresentar tudo, como se fosse, digamos, permeado por interesses menores. Alguns são menores mesmo, outros não. O governo é que tem que separar o que é menor. Às vezes, o menor pode ser até aceito se for uma coisa correta também, outros (...) interesses de uma categoria inteira. O governo vai dizer não, eu não atendo porque se atender vai dar a impressão de que eu estou cedendo. Governo que tem medo de ceder à razão, não é digno de respeito numa democracia.

Bom, de qualquer maneira nós estamos continuando, as nossas (...) com o Congresso, com esse espírito, apresentando nossas teses, nossas reivindicações, pedindo ao Congresso que vote, urgentemente. O Brasil tem urgência, eu reitero sempre. Depois de amanhã, ainda tenho uma reunião com os líderes aqui para tentar de novo acelerar, fazendo o que nós podemos para colocar o Brasil à altura de responder os desafios que nos esperam.

Bom, naturalmente em todo este processo de refazer o Estado, nós temos muita atenção estratégica à política externa. Eu já disse, inúmeras vezes que, no próximo milênio, vamos ter quaro grandes atores do jogo financeiro internacional: a União Soviética, os Estados Unidos com o Nafta, o Japão, um pedaço da China, o Sudeste Asiático e o Mercosul com seus acrescentamentos de Venezuela, de Chile, do que seja.

Esses vão ser os atores do próximo milênio. E nós aqui somos um espaço de paz, um espaço de democracia, um espaço de mercado e temos uma base tecnológica razoável, já instalada na América do Sul e, sem nenhuma pretensão de hegemonia, o Brasil tem um papel a desempenhar aí e está desempenhando esse papel.

Mas ele não pode se restringir à América do Sul. Ele tem que dialogar com a Europa, a União Soviética, não é a Europa do Leste toda não, é a União Européia. Tem que dialogar com os Estados Unidos, tem que dialogar com o Japão, com a China, tem que ver o que vai acontecer com a Índia, tem que estar presente, não podemos ser um País de provincianos que fica fechado e não viaja, não fala, não discute, não apresenta reivindicações. Não. Estamos fazendo isso.

Estamos ordenando esse espaço na política externa. Estamos realmente não deixando de olhar para a África, não deixando de olhar para os outros setores da Ásia, com muito empenho, mas nós temos uma política muito clara no sentido de como é que nós vamos repor o Brasi nessa condição de um Estado renovado ecom capacidade, com crescimento econômico, com capacidade de decidir seu destino e de atuar nesse nível mais internacional.

Claro, nós temos que não esquecer nunca de que sem que haja um País no qual o povo se sinta mais confortável, nós não vamos ter nenhuma capacidade efetiva de levar adiante as nossas estratégias externas ou nossa estratégia de crescimento econômico e, aí, entra a questão social.

Eu já disse que a mim me aprazem imensamente os efeitos positivos do Plnao REal. Não basta. Nós temos que ter uma ação direta. Os senhores estão vendo o esforço imenso que estamos fazendo na área educacional onde mudamos efetivamente a ênfase para a educação primária e o ensino técnico. Isso não quer dizer que se descuide da universidade e da ciência e tecnologia. Pelo contrário, agora mesmo os centros de excelência vão ter os recursos necessários para avançar na ciência e na tecnologia, mas nós mudamos a ênfase, porque nós não podemos mais conviver com um povo, de gente que, no futuro, não vai ter condições nem de se empregar porque é analfabeto ou porque tem uma formação muito precária.

O ccongresso deve terminar essa seman, ou semana que vem, quem sabe, a aprovação de uma lei sumamente importante, que permite melhorar o nível de salário, com a ajuda federal, do professor primário nas zonas mais atrasadas do Brasil. Nós instalamos mais de 40 mil antenas de televisão e aparelhos para fazer o treinamento dos professores.

Nós dobramos a distribuição de livros didáticos. Este ano, passamos para 110 milhões de volumes em vez de 56 milhões, do ano passado. Nós estamos dando atendimento a 33 ou 34 milhões de crianças nas escolas, dando a merenda a tempo oportuno, descentralizando. Isso começou no governo Itamar Franco, essa descentralização. Nós estamos dobrando o número de merenda e aumentamos de 100 para 180 dias. Os dias que as pessoas recebem a comida.

Nós estamos lá nesse nível também, fazendo com que nas áreas dos municípios de Comunidade Solidária, invés de uma refeição, sejam duas, ou seja, nós passamos de 300 para mil municípios que têm esse atendimento da Comunidade Solidária.

Enfim, nós estamos tendo uma política bastanete ativa nessa área e os efeitos começam a aparecer. Mortalidade infantil — viram nos jornais — caindo, nas áreas de Comunidade Solidária. Caindo porque nós temos o agente comunitário de saúde, porque nós temos um programa nutricional melhor. Só que tudo isso leva tempo, de (...). Não há milagre, persistência e não é espetáculo. O espetáculo, é claro, alegrará muitos corações que se encantam facilmente com manifestações de explosão, etc., mas não resolvem o problema do País. O problema do País é a persistência, é trabalhar com afinco numa direção, nesta área — como nós estamos fazendo —. Nós vamos precisar de mais recursos. Temos dramas difíceis.

Fazemos CPMF ou não? Como é que é resolve a questão da saúde? Ah, mas a questão da saúde é o modelo. Está bem, mas enquanto não tem outro modelo e ninguém propôs outro, como é que eu faço? Eu já disse aqui, 60% dos gastos vão para a saúde e isso é insuficiente. O CPMF é antipático (...) disse um milhão de vezes, imposto não é voluntário, é imposto. É sempre antipático, ninguém quer, nem eu, mas tem que fazer.

Bom, se não tiver o CPMF o que acontece? Eu vou ser obrigado a mudar (...) não tem recurso. Vou passar como? Quando tinha inflação, se enganava. Não tem inflação, não tem recurso. Então não tem CPMF, quem inventou outra coisa melhor? Parece que agora tem aí uma idéia, idéia muito boa, mas eu quero ver na prática.

Primeiro me dêem o CPMF. Se me derem o CPMF, depois, eu anulo o CPMF para dar um outro imposto se o outro imposto for melhor. Não vmaos dar nenhuma coisa nem outra. Quem decide é o Congresso, ele é soberano. Mas não podem pedir ao governo que depois atenda com os recursos de que não tem. Não adianta fazer um discurso pedindo mais e dando menos depois de recursos. O País tem que entender essas coisas. E isso tudo é o dilema que nós temos, mas eu creio que se supera.

Ainda depois de amanhã, vou ter novas discussões sobre o CPMF, vamos ver a maneira como vamos encaminhar essa questão da saúde. Nós temos realmente uma nova fronteira com esse projeto educacional. Isso vai avançar, e nós temos a Comunidade Solidária, que eu já disse algumas vezes, mas convém repetir, não é um programa a mais, não tem uma sacola de dinheiro para distribuir porque não é clientelista, é pura e simplesmente duas coisas: primeiro uma secretaria executiva que faz com que os programas que já existem no governo sejam melhor executados para atender as áreas mais pobres na educação, o problema do leite, o problema dos agentes comunitários de saúde, o programa de merenda escolar. Examina, vigia se isso funciona e faz funcionar.

E tem outra questão que o Conselho da Comunidade Solidária, que junta a sociedade para que a sociedade, na mesma linha do governo, mas com um dinheiro que não é do governo, faça algumas ações, que tenha efeitos sobre o emprego, que tenha efeito sobre a alimentação, etc., etc.. Isso é para atender o emergencial. Agora o básico, e também na Comunidade Solidária, são os programas de tipo universal, educação para todos, saúde para todos, quer dizer, os programas que não são simplesmente o tópico, aquela questão de caso a caso, é mais geral.

Enfim, eu tenho toda a confiança de que o povo do Brasi tem rumo, tem rumo na economia, tem rumo na política externa, tem na ciência e tecnologia, tem rumo na educação, tem rumo na saúde, tem rumo nas reformas que estamos emprenhados em levar adiante.

Dentro disso tudo, quero destacar o papel das Forças Armadas.

E aqui não sou eu quem deve falar, devo ouvir, porque os senhores abem melhor do que eu. Mas eu quero dizer que nós hoje temos, além das responsabilidades constitucionais das Forças Armadas, nós hoje temos outro tipo de ameaça a soberania, a estrutura sócial, o princípio da autoridade, e que tem que ser considerado pelas Forças Armadas. Nós precisamos de prestar apoio logístico e de inteligência aos órgãos policiais que combatem o narco tráfico, contrabando de armas, de crime organizado, que, hoje é transnacional e que afeta a soberania, afeta a soberania do País. Então, nós precisamos estar atentos a isso.

E, olha, para nós estamos atentos a isso, nós temos que estar sempre em condições de atuar contra os adversários, que justifiquem o emprego do poder de controle das Forças Armadas. Contrabando se faz de avião. Narcotráfico, de todos os tipos — por navio, por avião, por ... Como é que faz? É apolícia? É. Na hora do que pe propriamente policial, é. Mas da inteligência, da informação, do congrole, não, porque isso invade um aspecto que é fundamental, uma dimensão da soberania do Brasil.

E nós não vamos poder fazer isso, senão em conjunto com as Forças Armadas. Não numa visão de uma isoladamente, uma aqui, outra ali, com pequenas discórdias corporativas, porque isso não interessa ao Brasil. Nós temos que ter cada vez mais, coordenação, uma visão de conjunto. E as Forças Armadas estão nessa direção.

Acho que, evidentemente, nada disso será feito de uma maneira adequada, se nós não melhorarmos o orçamento das Forças Armadas. Isso, eu acho que é óbvio, se junta à questão orçamentária geral. Mas nós temos tido muito empenho em que o Congresso — e o Congresso tem respondido favoravelmente — entenda as funções das Forças Armadas e dê os recursos às Forças Armadas, no seu preparo, no seu equipamento, na sua capacidade de desenvolver programas de ciência, de tecnologia que capacitem as Forças Armadas a estarem à altura do desafio.

E, claro, na medida em que nós possamos, como eu espero, daqui para a frente, com a economia já estabilizada, com uma taxa de crescimento mais satisfatória, com esses problemas mais agudos sob controle, que nós possamos dispor, também, de mais recursos para ter um horizonte orçamentário mais positivo. E isto implica — e se as reformas vierem — na possibilidade também de melhoria da condição de vida do funcionário.

Eu disse um milhão de vezes, aqui, eu sempre vivi da universidade. Nunca tive consultorias. Não posso ser contra a existência de funcionário público. Nós temos é que ter um funcionário que preste serviços ao público e um orçamento e um Estado e uma organização de recursos que possibilitem, realmente, uma vida mais condigna desse funcionário e que se cobre desse funcionário o desempenho, a carreira e tal e que não fique, todo mundo, pura e simplesmente, porque é funcionário, tranqüilo. Não. Tem que continuar, como todos nós, nessa grande vontade de melhorar. Mas é natural que exista uma preocupação de um horizonte orçamentário favorável.

Enfim, me desculpem de ter me estendido, brigadeiro (...), general Leonel, senhores estagiários que aqui estão, senhores membros do grupo permanente, nas é que são raras as oportunidades de nós nos encontrarmos. Eu sei que estão numa viagem de estudos e achei que era bom que o Presidente da República dissesse, de uma maneira direta e o mais informal possível, como ele está vendo, neste momento, os desafios do Brasil, mas, sobretudo, para reiterar a minha imensa confiança nesse País, inabalável, confiança nesse País, nas mudanças que nós estamos presenciando no Brasil, na força da nossa democracia e no fato de que nós temos gente interessada no Brasil. Os senhores são prova disso.

Eu quero desejar muito êxito, nessa viagem de estudos. E finalizo, não só expressando os meus desejos de êxito, mas cobrando, cobrando o relatório da viagem. Quando terminarem, eu gostaria que me trouxessem o resultado, para eu também poder participar, embora indiretamente, do esforço que estão fazendo.

Muito obrigado aos senhores.